



PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CADERNO DE PROVA

CONSELHEIRO TUTELAR

Data de aplicação: **18/06/2023**

1. Ao receber este Caderno, aguarde a autorização do Fiscal de Sala e em seguida confira se ele contém 40 (quarenta) questões objetivas numeradas sequencialmente de 1 a 40, cada uma com 5 (cinco) alternativas indicadas pelas letras 'A' a 'E', das quais, somente uma corresponderá à resposta certa para a questão.
2. **ATENÇÃO!** A Folha de Respostas será entregue oportunamente pelos Fiscais de Sala. Ao recebê-lo, assine-o.
3. Na Folha de Respostas marque a letra correspondente à resposta correta para a questão conforme o seu julgamento, utilizando **caneta esferográfica de tinta azul ou preta**, conforme exemplo abaixo:



ATENÇÃO! A marcação de mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

4. O tempo total para a resolução da prova e preenchimento da Folha de Respostas é de 3 (três) horas. Ao terminar as provas, entregue ao Fiscal de Sala a Folha de Respostas, e assine a Lista de Presença.
5. As provas, os gabaritos, os resultados e as demais informações referentes ao Processo Seletivo Simplificado, serão divulgados no site oficial da FACAPE: www.facape.br, conforme previsto no Edital N° 001/2023.
6. O candidato só poderá sair da Sala com o Caderno de Prova após 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos do início da aplicação da prova.

Boa prova!



QUESTÃO 01

No que toca ao poder normativo que possui o juízo da infância e da juventude, previsto no artigo 149 do ECA, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Com base no princípio da reserva de jurisdição, a autoridade judiciária tem competência para, mediante portaria ou provimento, editar normas de caráter geral, a exemplo do chamado toque de recolher dos menores que estejam desacompanhados dos pais ou de responsável, depois das 22 horas.
- B) Das decisões proferidas com base nesse poder normativo caberá agravo de instrumento.
- C) É possível que as medidas proferidas pela autoridade judiciária em sede de poder normativo possam, excepcionalmente, ter caráter genérico.
- D) Compete à autoridade judiciária disciplinar, por meio de portaria, ou autorizar, mediante alvará, a entrada e permanência de criança ou adolescente acompanhado dos pais ou de responsável em estádio, ginásio e campo desportivos.
- E) A participação de criança e adolescente em certame de beleza não pode ser objeto de ato normativo do juízo da vara da infância e da juventude.

QUESTÃO 02

Em relação ao uso de drogas, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, expressamente, que:

- A) toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
- B) a requisição de programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos é medida aplicável aos pais, responsável ou terceiros que convivam com a criança ou o adolescente, exceto em casos de internação.

- C) é dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas.
- D) é proibida a venda à criança, mas não ao adolescente, de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.
- E) deverão ser comunicados, pelas autoridades competentes, ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais, os casos de reiteração no uso de drogas por crianças e adolescentes.

QUESTÃO 03

Com relação ao adolescente que esteja em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, é assegurado:

- A) realizar tarefas gratuitas e de interesse geral, por período não excedente a 15 meses.
- B) realizar tarefas gratuitas e de interesse geral, por período não excedente a 06 meses.
- C) realizar tarefas gratuitas e de interesse geral, por período que não ultrapasse a jornada máxima de 10 horas semanais.
- D) o direito de não realizar as tarefas aos sábados, domingos e feriados.
- E) a realização das tarefas somente aos domingos, para que não haja prejuízo no seu desempenho escolar.

QUESTÃO 04

Conforme dispõe o ECA, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

- A) manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezesseis anos.
- B) identificar o recém-nascido somente mediante o registro de sua impressão plantar e da impressão digital da mãe.
- C) proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo



do recém-nascido, não sendo necessário prestar orientação aos pais.

- D) fornecer declaração de nascimento, sem haver a necessidade de constar as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato, em virtude do direito à privacidade.
- E) manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

QUESTÃO 05

Conforme dispõe do ECA, o menor não poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhado dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial, EXCETO:

- A) se a criança ou o adolescente menor de 17 anos, estiver acompanhada de um ascendente, comprovado documentalmente e tratar-se de comarca contígua à sua, situada na mesma unidade da Federação.
- B) se estiver acompanhada de um ascendente, comprovado documentalmente, independentemente da Comarca de destino.
- C) se a criança ou o adolescente menor de 16 anos, estiver acompanhada de um ascendente, comprovado documentalmente e tratar-se de comarca contígua à sua, situada na mesma unidade da Federação.
- D) se estiver a criança ou adolescente estiver acompanhada de um ascendente, sem necessitar da comprovação documental.
- E) se a criança ou o adolescente menor de 15 anos estiver acompanhada de pessoa maior, independentemente de autorização dos pais ou responsável.

QUESTÃO 06

De acordo com que prevê expressamente no Estatuto da Criança e do Adolescente, a preservação da imagem da criança e do adolescente, é tratada como expressão do direito:

- A) à autonomia progressiva, na medida em que se trata de direito personalíssimo, cabendo à criança e ao adolescente autorizar ou negar o uso de sua imagem.
- B) ao respeito, que consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente.

- C) à dignidade, sendo o uso não autorizado de sua imagem equiparado a tratamento desumano, vexatório ou constrangedor.
- D) ao desenvolvimento saudável, dentro das condutas de prevenção contra experiências precoces e excessivas de exposição pública.
- E) à privacidade, tendo a criança, por seus pais ou responsável, o direito soberano de autorizar ou obstar a divulgação de informações sobre sua pessoa.

QUESTÃO 07

Acerca do poder familiar, o ECA, expressamente, dispõe que perderá o mesmo por ato judicial o pai ou mãe que:

- A) submeter o filho à prostituição.
- B) praticar contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar falsa denúncia para obstar a convivência com o filho.
- C) submeter o filho à exploração do trabalho infantil.
- D) praticar contra filho crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão.
- E) descumprir, dolosa ou culposamente, determinação da autoridade judiciária ou do Conselho Tutelar aplicada em favor do filho.

QUESTÃO 08

Assinale a alternativa CORRETA no que concerne à aplicação de medidas socioeducativas ao adolescente a quem seja atribuída a autoria de ato infracional.

- A) O juiz não poderá aplicar medidas cumuladas, ou substituí-las, sem expresse requerimento do Ministério Público.
- B) Para a concessão de remissão como forma de exclusão do processo, não deve existir prova suficiente da autoria do ato infracional supostamente praticado.
- C) Se o adolescente não possuir vínculo familiar, o juiz poderá aplicar-lhe, em razão de qualquer ato infracional, medida de proteção de acolhimento institucional como medida socioeducativa.
- D) A aplicação da medida de advertência exige prova suficiente da autoria e da materialidade do ato infracional praticado.
- E) Caso entenda necessário, o juiz poderá aplicar medidas cumuladas, ou substituí-las, sem



necessidade de expresse requerimento do Ministério Público.

QUESTÃO 09

Com base no que dispõe o ECA sobre as entidades de atendimento, julgue os itens a seguir:

- A) As entidades de atendimento somente podem ser fiscalizadas pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público.
- B) As entidades de atendimento podem ser fiscalizadas somente pelo Poder Judiciário.
- C) As entidades de atendimento podem ser fiscalizadas pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares, somente.
- D) As entidades de atendimento podem ser fiscalizadas pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.
- E) As entidades de atendimento somente podem ser fiscalizadas somente pelos Conselhos Tutelares.

QUESTÃO 10

Em relação à justiça da infância e da juventude e à atuação do juiz da infância e da juventude, analise os seguintes itens:

- I. A justiça especializada da infância e da juventude, composta pela vara da infância e da juventude, deve integrar a justiça estadual e a do Distrito Federal.
- II. A competência do juiz da infância e da juventude para conhecer de representação para apuração de ato infracional atribuído à adolescente e aplicar a medida cabível é absoluta, ainda que se trate de conduta descrita como crime federal.
- III. A doutrina da proteção integral inaugurou no direito brasileiro a criação de juízo especializado para atendimento de crianças e adolescentes.
- IV. O juiz da infância e da juventude está adstrito à esfera judicial, possuindo competência para

conhecer e julgar todos os conflitos de interesses que envolvam crianças e adolescentes em situação de violação de direitos.

Estão CORRETOS apenas os itens:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

QUESTÃO 11

São atribuições do Conselho Tutelar, EXCETO:

- A) Adotar, na esfera de sua competência, ações articuladas e efetivas direcionadas à identificação da agressão, à agilidade no atendimento da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar e à responsabilização do agressor.
- B) Representar à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.
- C) representar à autoridade judicial para requerer a concessão de medida protetiva de urgência à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, bem como a revisão daquelas já concedidas.
- D) representar ao Ministério Público para requerer a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente.
- E) Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do agressor do convívio familiar, determinará a medida, incontinenti, representando, em seguida, à autoridade judiciária para fins de fixação dos alimentos provisórios em favor das crianças e adolescentes filhos do mesmo.



QUESTÃO 12

Acerca do poder familiar, segundo dispõe o ECA, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão do poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado à pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade.
- B) Recebida a petição inicial, a autoridade judiciária determinará, concomitantemente ao despacho de citação e independentemente de requerimento do interessado, a realização de estudo social ou perícia por equipe interprofissional ou multidisciplinar para comprovar a presença de uma das causas de suspensão ou destituição do poder familiar, ressalvado o disposto no § 10 do art. 101 desta Lei.
- C) Em sendo os pais oriundos de comunidades indígenas, é ainda obrigatória a intervenção, junto à equipe interprofissional ou multidisciplinar referida no § 1º deste artigo, de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, observado o disposto no § 6º do art. 28 desta Lei.
- D) A concessão da liminar será, preferencialmente, precedida de entrevista da criança ou do adolescente perante equipe multidisciplinar e de oitiva da outra parte, nos termos da lei 13.431/2017.
- E) Se houver indícios de ato de violação de direitos de criança ou de adolescente, o juiz comunicará o fato à autoridade policial e encaminhará os documentos pertinentes para que seja instaurado competente inquérito policial.

QUESTÃO 13

Segundo prevê o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar é um Órgão:

- A) permanente e independente, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.
- B) permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.
- C) temporário, por conta do mandato dos seus conselheiros limitar-se ao período de 04 anos, e independente, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.
- D) temporário, por conta do mandato dos seus conselheiros limitar-se ao período de 04 anos, e autônomo, não jurisdicional, encarregado pelo Poder Público Municipal de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.
- E) permanente, autônomo e jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.

QUESTÃO 14

Segundo previsto pelo ECA, em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo:

- A) 02 (dois) Conselhos Tutelares como órgãos integrantes da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, vedada a recondução.
- B) 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública estadual, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- C) 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública federal, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4



(quatro) anos, sem limite de recondução, mediante novo processo de escolha.

- D) 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, sem limite de recondução, mediante novo processo de escolha.
- E) 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 4 (quatro) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

QUESTÃO 15

Na hipótese de violência doméstica e familiar contra criança e o adolescente:

- A) permite-se a substituição da pena privativa de liberdade somente por pena de multa, aplicada de forma isolada, se não houver lesão grave.
- B) é vedada a aplicação de penas de cestas básicas, podendo ser aplicada, a depender das circunstâncias, pena de prestação pecuniária.
- C) é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou de outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- D) é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou de outras de prestação pecuniária, mas permite-se a substituição por pena que implique o pagamento isolado de multa.
- E) é permitida a aplicação de penas de cesta básica ou de outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa, desde que não tenha havido lesão de natureza grave.

QUESTÃO 16

Conforme dispõe o ECA, o processo de escolha dos membros do conselho tutelar:

- A) será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.
- B) será estabelecido em lei estadual e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.

- C) será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização da autoridade judiciária.
- D) será estabelecido em lei federal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.
- E) será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público e da autoridade judiciária.

QUESTÃO 17

As decisões do Conselho Tutelar, conforme reza o Estatuto da Criança e do Adolescente, poderão ser revistas:

- A) pelo Ministério Público, em virtude de ser o Órgão incumbido da defesa dos direitos individuais e coletivos previstos no ECA.
- B) pelo Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente, de forma definitiva.
- C) pelo Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente, com possibilidade de recurso à autoridade judiciária.
- D) Somente pela autoridade judiciária.
- E) pelo Ministério Público, pelo Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente e pela autoridade judiciária.

QUESTÃO 18

Nos termos em que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, compete à justiça da infância e da juventude, EXCETO:

- A) conhecer das ações de indenização movida em face de pais de adolescente que tenha causado danos materiais a outrem.
- B) conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis.
- C) conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.
- D) conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo.



- E) conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis.

QUESTÃO 19

Conforme disposto pelo ECA, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos:

- A) maus tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar e elevados níveis de repetência.
- B) maus tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, elevados níveis de repetência e casos de doenças infectocontagiosas.
- C) maus tratos envolvendo seus alunos e reiteração de faltas injustificadas, somente.
- D) reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar e elevados níveis de repetência, somente.
- E) somente os casos de maus tratos envolvendo seus alunos.

QUESTÃO 20

Conforme expressamente previsto pelo ECA, a Justiça da Infância e da Juventude:

- A) tem competência para conceder a remissão como forma de exclusão do processo.
- B) tem competência para conhecer dos pedidos de adoção, mas não dos seus incidentes.
- C) tem competência para conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209.
- D) não tem competência para suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento se os nubentes forem do mesmo sexo.
- E) Em hipótese alguma pode julgar ações de alimentos, que devem tramitar na vara de família.

QUESTÃO 21

Com relação aos recursos, que podem ser manejados na Justiça da Infância e da Juventude, os prazos:

- A) serão sempre de dez dias úteis.
- B) para o Ministério serão contados em dobro, por ser o garantidor dos direitos individuais indisponíveis.
- C) serão sempre de quinze dias, salvo nos embargos de declaração.
- D) serão de oito dias para apelar e de cinco dias para embargos de declaração.
- E) serão sempre de dez dias corridos, salvo nos embargos de declaração.

QUESTÃO 22

Conforme reza o ECA, a lei municipal deverá especificar as receitas que se vincularão ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual deverá ser composto por fontes de origens diversas. Ante essa previsão, assinale a alternativa em que são apresentadas as fontes expressamente previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

- A) Contribuições de governos estrangeiros e dotação orçamentária do Poder Executivo Estadual.
- B) Doações de pessoas físicas ou jurídicas e multas de sanções cominatórias em ação civil pública.
- C) Rentabilidades de aplicações.
- D) Transferências entre os entes da Federação e dotação orçamentária do Poder Executivo.
- E) Multas por penalidades administrativas.



QUESTÃO 23

No que concerne às medidas socioeducativas, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A prestação de serviços à comunidade será fixada pelo prazo mínimo de seis meses.
- B) Na hipótese de aplicação da medida socioeducativa de liberdade assistida é obrigatória a intimação pessoal do adolescente.
- C) As medidas socioeducativas de privação da liberdade estão sujeitas somente ao respeito à peculiar condição de pessoa em desenvolvimento.
- D) A medida de semiliberdade possibilita a realização de atividades externas, desde que haja autorização judicial.
- E) A remissão concedida a adolescente não pode ser cumulada com medida socioeducativa de semiliberdade.

QUESTÃO 24

No que toca à colocação em família substituta nas modalidades de guarda, tutela ou adoção, com concordância dos pais, há um procedimento legalmente estabelecido e que dispõe:

- I. Que o juiz, na presença do Ministério Público, ouvirá as partes, devidamente assistidas por advogado ou defensor público, para verificar sua concordância com a adoção, no prazo máximo de 10 dias, contado da data do protocolo da petição ou da entrega da criança em juízo.
- II. Que, mesmo sendo falecidos os pais, ou tendo sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou ainda, se houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, será necessária a assistência de advogado para formulação da petição pleiteando a colocação em família substituta.
- III. Que o consentimento dos titulares do poder familiar com a colocação da criança em família substituta é retratável até a data da realização da audiência de oitiva das partes para verificar a concordância com a adoção, e os pais podem exercer o arrependimento no prazo de 30 dias, contado da prolação da sentença de extinção do poder familiar.

IV. Que a perda ou modificação da guarda deverá ser, obrigatoriamente, decretada em procedimento autônomo, para que se viabilize o contraditório e se atente ao devido processo legal.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II e III.
- B) III.
- C) II, III e IV.
- D) I, II e IV.
- E) I e IV.

QUESTÃO 25

Mévio, menor com 13 anos de idade, praticou ato infracional equiparado a roubo contra seu vizinho de 78 anos de idade, razão pela qual foi aplicada ao mesmo, medida socioeducativa de internação. Nessa situação, conforme prevê o ECA.

- A) a medida de internação, aplicada antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de 60 dias.
- B) o período máximo da medida não poderá ser de 04 anos.
- C) a medida, em Comarcas que tenha Juiz titular, pode ser determinada, de forma excepcional, pelo Ministério Público.
- D) a medida de internação, aplicada antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de 45 dias.
- E) Na hipótese de menor sem antecedentes não é possível a aplicação da medida.

QUESTÃO 26

Segundo dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, nas comarcas onde não houver Conselho Tutelar, suas funções serão exercidas pelo (a):

- A) Autoridade policial.
- B) Ministério Público.
- C) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- D) Comissariado da Infância e Juventude.
- E) Autoridade Judiciária.

QUESTÃO 27

Segundo previsto no ECA, as emissoras de televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infantojuvenil,



programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, em razão do princípio da:

- A) prevalência dos direitos dos menores.
- B) prevenção especial.
- C) indisponibilidade do direito da criança e adolescente.
- D) educação adequada.
- E) proteção estatal.

QUESTÃO 28

Com relação ao procedimento para perda ou suspensão do poder familiar, assinale a alternativa INCORRETA para a hipótese em que o genitor do adolescente encontrar-se privado de sua liberdade.

- A) será ouvido pela autoridade judiciária.
- B) é obrigatória a realização do procedimento.
- C) Será ouvido, independentemente de pedido do Ministério Público nesse sentido.
- D) somente será ouvido se houver solicitação do mesmo nesse sentido.
- E) A autoridade judiciária requisitará a sua apresentação para colher a sua oitiva.

QUESTÃO 29

Acerca das hipóteses de impedimento para servir no mesmo Conselho Tutelar, nos termos do que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher.
- B) São impedidos de servir no mesmo Conselho Irmãos desde que sejam filhos do mesmo pai e da mesma mãe.
- C) São impedidos de servir no mesmo Conselho sogro e a nora.
- D) São impedidos de servir no mesmo Conselho tio e sobrinho.
- E) São impedidos de servir no mesmo Conselho ascendentes e descendentes.

QUESTÃO 30

De acordo ao previsto no ECA, a remissão, como forma de exclusão do procedimento:

- A) Poderá ser aplicada em qualquer fase do procedimento.
- B) Só poderá ser aplicada pelo Ministério Público.

- C) Não implica no reconhecimento da responsabilidade, mas prevalece para efeito de antecedentes.
- D) Não pode ser revista judicialmente.
- E) Somente pode ser aplicada sem cumulação com outra medida.

QUESTÃO 31

A mãe que submete criança que esteja sob sua autoridade a vexame estará sujeita a pena de:

- A) detenção.
- B) detenção e multa.
- C) reclusão e multa.
- D) detenção ou multa.
- E) reclusão.

QUESTÃO 32

O direito à liberdade, segundo dispõe do ECA, compreende os seguintes aspectos, EXCETO:

- A) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, não podendo haver qualquer restrição.
- B) opinião e expressão.
- C) crença e culto religioso.
- D) brincar, praticar esportes e divertir-se.
- E) participar da vida política, na forma da lei.

QUESTÃO 33

Entende-se por família natural:

- A) a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
- B) a comunidade formada pelos pais, seus descendentes e colaterais.
- C) aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente.
- D) a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles, seus descendentes, ascendentes e colaterais até o terceiro grau.
- E) a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles, seus descendentes, ascendentes e colaterais até o quarto grau.

QUESTÃO 34

No que concerne à colocação da criança e do adolescente em família substituta, conforme dispõe o ECA:

- A) far-se-á, somente, mediante guarda e adoção.
- B) Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida.
- C) Tratando-se de maior de 10 (dez) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.
- D) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível nas modalidades de guarda e adoção.
- E) A colocação em família substituta admitirá, de forma excepcional, a transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial.

QUESTÃO 35

Está previsto no art. 1º do ECA, o princípio da proteção integral à criança e ao adolescente. No restante da lei, a locução *proteção integral* reaparece, literalmente, como um dos princípios

- A) que se deve levar em conta na interpretação e aplicação do Estatuto.
- B) que orientam as linhas de cuidado dos serviços de saúde dirigidos à criança e ao adolescente.
- C) em que se baseia a formação técnico-profissional do adolescente.
- D) que regem a aplicação das medidas específicas de proteção.
- E) considerados na interpretação e aplicação nas normas de prevenção geral e especial.

QUESTÃO 36

A equipe interprofissional destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude, segundo disposição expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente

- A) compõe, ao lado do comissariado, os dois serviços auxiliares da Justiça da Infância e da Juventude.
- B) terá, em caso de ausência de servidores

públicos do Poder Judiciário, suas funções exercidas, por meio de requisição, por servidores do Poder Executivo Estadual.

- C) será composta por psicólogos, médicos, odontólogos, assistentes sociais e pedagogos selecionados por concurso público de provas e títulos.
- D) tem como atribuição desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária.
- E) tem assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico, observando, contudo, as abordagens teóricas e as práticas de intervenção decorrentes de lei ou decisão judicial.

QUESTÃO 37

Com relação à representação para aplicação de medida socioeducativa pelo Ministério Público, em casos de prática de ato infracional, à luz do ECA, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A representação depende de prova pré-constituída da autoria e materialidade, em virtude do princípio da presunção de inocência, sob pena de ser rejeitada.
- B) O prazo máximo para a conclusão do procedimento para apuração de ato infracional, estando o adolescente internado provisoriamente, será de 45 dias, prorrogável uma única vez por igual período, em casa de extrema necessidade.
- C) O Ministério Público, caso entenda não ser o caso de oferecimento da representação para aplicação de medida socioeducativa, poderá promover o arquivamento dos autos ou conceder a remissão.
- D) Oferecida a representação, a autoridade judiciária designará audiência de apresentação do adolescente, somente após a qual decidirá sobre a decretação ou manutenção da internação.
- E) Oferecida a representação, a autoridade judiciária determinará a intimação do menor para, no prazo de 10 dias, apresentar sua defesa prévia.



QUESTÃO 38

Conforme dispõe o ECA, a tutela:

- A) será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 21 (vinte e um) anos incompletos.
- B) a tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 (dezoito) anos incompletos.
- C) não pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar.
- D) não implica, necessariamente, o dever de guarda.
- E) a tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 16 (dezoito) anos incompletos.

QUESTÃO 39

Segundo prevê o ECA, a adoção:

- A) é forma de colocação da família substituta irrevogável.
- B) é forma de colocação da família substituta revogável, em atenção ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.
- C) pode ser formalizada por meio de procuração pública.
- D) é forma de colocação da família substituta que só pode ser deferida a brasileiro nato.
- E) em hipótese alguma, pode ser deferida a quem não esteja inscrito no cadastro de adoção.

QUESTÃO 40

A guarda, nos termos previsto pelo ECA:

- A) obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, com exceção dos pais.
- B) destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, inclusive no de adoção por estrangeiros, em atenção ao princípio do melhor interesse da criança ou adolescente.
- C) confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.
- D) pode ser revogada pelo juiz, sem que haja manifestação do Ministério Público.
- E) impede, em qualquer hipótese, o exercício do direito de visita dos pais.